



**Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Superior I
Assistente Social**

Nome do Candidato

Caderno de Prova '02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

**Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Redação**

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova de Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Português**

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto seguinte.

Os anônimos

Na história de Branca de Neve, a rainha má consulta o seu espelho e pergunta se existe no reino uma beleza maior do que a sua. Os espelhos de castelo, nos contos de fada, são um pouco como certa imprensa brasileira, muitas vezes dividida entre as necessidades de bajular o poder e de refletir a realidade. O espelho tentou mudar de assunto, mas finalmente respondeu: "Existe". Seu nome: Branca de Neve.

A rainha má mandou chamar um lenhador e instruiu-o a levar Branca de Neve para a floresta, matá-la, desfazer-se do corpo e voltar para ganhar sua recompensa. Mas o lenhador poupou Branca de Neve. Toda a história depende da compaixão de um lenhador sobre o qual não se sabe nada. Seu nome e sua biografia não constam em nenhuma versão do conto. A rainha má é a rainha má, claramente um arquétipo, e os arquétipos não precisam de nome. O Príncipe Encantado, que aparecerá no fim da história, também não precisa. É um símbolo recorrente, talvez nem a Branca de Neve se dê ao trabalho de descobrir seu nome. Mas o personagem principal da história, sem o qual a história não existiria e os outros personagens não se tornariam famosos, não é símbolo de nada. Ele só entra na trama para fazer uma escolha, mas toda a narrativa fica em suspenso até que ele faça a escolha certa, pois se fizer a errada não tem história. O lenhador compadecido representa dois segundos de livre-arbítrio que podem desregular o mundo dos deuses e dos heróis. Por isso é desprezado como qualquer intruso e nem aparece nos créditos.

Muitas histórias mostram como são os figurantes anônimos que fazem a história, ou como, no fim, é a boa consciência que move o mundo. Mas uma das pessoas do grupo em que conversávamos sobre esses anônimos discordou dessa tese, e disse que a entrada do lenhador simbolizava um problema da humanidade, que é a dificuldade de conseguir empregados de confiança, que façam o que lhes for pedido.

(Adaptado de Luiz Fernando Veríssimo, **Banquete com os deuses**)

1. O autor do texto considera que, em muitas histórias, certos personagens anônimos
 - (A) revestem-se de um caráter eminentemente simbólico, ainda que secundário para o desenvolvimento da trama.
 - (B) representam a desordem do acaso, entendido este como o destino que os deuses escolhem para a história humana.
 - (C) equiparam-se a símbolos recorrentes, como o Príncipe, para melhor sublinharem o ensinamento de uma fábula.
 - (D) têm crucial relevância para a história, ainda que relegados à obscuridade de transitórios figurantes.
 - (E) tornam-se irrelevantes depois de seu desempenho, na sequência de eventos independentes de sua participação.
2. O autor do texto levanta a seguinte hipótese para justificar o modo pelo qual personagens como o lenhador são anônimos em muitas histórias: eles seriam vistos como responsáveis por
 - (A) uma escolha pessoal e independente, que não deixa de afrontar uma instância superior já estabelecida.
 - (B) atos de subversão e anarquia, dado que, para atender a vontade dos deuses, ignoram a dos homens.
 - (C) decisões éticas basicamente preocupadas em conciliar a justiça terrena e a vontade divina.
 - (D) uma escolha irracional, justificável pela precária condição cultural que os caracteriza.
 - (E) uma reação de tal modo imprevisível que impossibilita uma sequência lógica de eventos.
3. Deve-se deduzir do texto que a razão pela qual os arquétipos não precisam de nome é que
 - (A) seu papel, tal como o do lenhador, já está estabelecido pelo Destino.
 - (B) sua importância, como a do lenhador, é casual, servindo para acentuar o realismo da narrativa.
 - (C) sua significação, tal como a do Príncipe Encantado, já está estabelecida pela tradição das histórias.
 - (D) sua função, tal como a da imprensa, é oscilar entre a necessidade pública e o interesse privado.
 - (E) sua relevância, tal como a da rainha má, está em representar uma rápida indecisão.
4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um elemento do texto em:
 - (A) *dividida entre as necessidades* (1º parágrafo) = açodada pelos desejos.
 - (B) *de bajular o poder e de refletir a realidade* (1º parágrafo) = de cortejar a instância superior e obliterar o real.
 - (C) *Toda a história depende da compaixão* (2º parágrafo) = toda a narrativa suscita um compadecimento.
 - (D) *É um símbolo recorrente* (2º parágrafo) = simboliza uma reiteração.
 - (E) *só entra na trama para fazer uma escolha* (2º parágrafo) = não participa do enredo senão para assumir uma opção.



5. Para uma das pessoas do nosso grupo, a entrada do lenhador simbolizava a dificuldade de conseguir empregados obedientes.
- Refaz-se a redação da frase acima, mantendo-se a correção, a clareza e a coerência em:
- (A) Entendeu uma das pessoas do nosso grupo de que o ingresso do lenhador era para ilustrar a dificuldade dos serviços submissos.
 - (B) A participação do lenhador, segundo alguém do nosso grupo, indicava o quanto é raro encontrar funcionários que acatem as ordens.
 - (C) É a dificuldade de acesso a empregados leais que justifica a entrada em cena da figura do lenhador, conforme asseverou um de nós.
 - (D) Manifestou-se uma pessoa do nosso grupo no sentido de esclarecer a entrada do lenhador, símbolo desses empregados difíceis de obedecer.
 - (E) O lenhador entrou na história, conforme foi aventado entre nós, para se constituir um exemplo da dificuldade da insubmissão.
-
6. As normas de concordância verbal estão plenamente contempladas na frase:
- (A) Sempre poderá ocorrer, num espelho mágico ou na nossa imprensa, hesitações entre adular o poderoso e refletir a realidade.
 - (B) Assim como o lenhador, outros personagens há, nas histórias de fadas, cujo modesto desempenho acarretam efeitos decisivos para a trama.
 - (C) Reservam-se a personagens como o Príncipe Encantado, símbolos reincidentes dessas histórias, uma função das mais previsíveis.
 - (D) O autor sugere que, na história da humanidade, exercem papéis da maior relevância quem acaba permanecendo no anonimato.
 - (E) Entre as virtudes do lenhador consta, não restam quaisquer dúvidas, a da compaixão, sem falar na coragem de sua escolha.
-
7. É preciso **corrigir** a má estruturação da seguinte frase:
- (A) O generoso lenhador praticamente não hesitou entre cumprir uma ordem cruel ou, num impulso de compaixão, desobedecê-la.
 - (B) Embora sua escolha tendo sido decisiva para a trama, o anonimato do lenhador é intrigante, comparado a outros papéis.
 - (C) É muito comum surgirem personagens arquetípicos nos contos de fadas, tais como os príncipes encantados ou as rainhas más.
 - (D) A compaixão pode ser humildemente anônima, sugere o autor, ao passo que as qualidades dos poderosos surgem com um brilho ostensivo.
 - (E) Caso fosse o lenhador um homem submisso, outra história seria narrada, em nada lembrando nossa conhecida "Branca de Neve".
-
8. Está correto o emprego do elemento sublinhado em:
- (A) O Príncipe é um símbolo reincidente, a cujo nome pessoal talvez nem mesmo a Branca de Neve tenha conhecimento.
 - (B) A necessidade de bajular o poder é um vício de que muita gente da imprensa não consegue se esquivar.
 - (C) A trama com a qual o personagem anônimo participa jamais seria a mesma sem o seu concurso.
 - (D) Em dois segundos o lenhador tomou uma decisão na qual decorreria toda a trama já conhecida de Branca de Neve.
 - (E) Os figurantes anônimos muitas vezes são responsáveis por uma ação em que irão depender todas as demais.
-
9. Está inteiramente correta a pontuação do seguinte período:
- (A) Os personagens principais de uma história, responsáveis pelo sentido maior dela, dependem, muitas vezes, de pequenas providências que, tomadas por figurantes aparentemente sem importância, ditam o rumo de toda a história.
 - (B) Os personagens principais, de uma história, responsáveis pelo sentido maior dela, dependem muitas vezes, de pequenas providências que tomadas por figurantes, aparentemente sem importância, ditam o rumo de toda a história.
 - (C) Os personagens principais de uma história, responsáveis pelo sentido maior dela dependem muitas vezes de pequenas providências, que, tomadas por figurantes aparentemente, sem importância, ditam o rumo de toda a história.
 - (D) Os personagens principais, de uma história, responsáveis pelo sentido maior dela, dependem, muitas vezes de pequenas providências, que tomadas por figurantes aparentemente sem importância, ditam o rumo de toda a história.
 - (E) Os personagens principais de uma história, responsáveis, pelo sentido maior dela, dependem muitas vezes de pequenas providências, que tomadas por figurantes, aparentemente, sem importância, ditam o rumo de toda a história.
-
10. Transpondo-se para a voz passiva a frase **Um figurante pode obscurecer a atuação de um protagonista**, a forma verbal obtida será:
- (A) pode ser obscurecido.
 - (B) obscurecerá.
 - (C) pode ter obscurecido.
 - (D) pode ser obscurecida.
 - (E) será obscurecida.



Atenção: As questões de números 11 a 15 referem-se ao texto seguinte.

Uns e outros

Trabalhar em grupo é uma operação tão prestigiada – na escola, no trabalho, no clube – que ninguém a discute. O que é um perigo: as verdades dadas como indiscutíveis costumam paralisar as iniciativas.

Num trabalho em equipe, valoriza-se tanto o sentido do coletivo que a importância do indivíduo pode acabar subestimada. Tal depreciação interfere na produção do grupo – o que nos leva à óbvia conclusão de que o sucesso de um trabalho em equipe supõe a satisfação individual. Reconhecer o rosto de cada membro num time de verdade não é ceder a algum nefasto individualismo: é saber reconhecer e identificar o valor de cada sujeito.

É comum ouvir-se a respeito de um jogo de vôlei, no qual o Brasil se destaca: “A seleção brasileira não está jogando bem porque está jogando sem alegria”. Há aqui uma grande verdade: faltando a cada um dos jogadores essa força subjetiva, da vontade alegre e determinada, o grupo todo se ressentido e joga mal. Não se trata de falta de técnica ou de tática, que costumam sobrar em nossa seleção de vôlei: trata-se do súbito arrefecimento daquela chama interior que, em qualquer atividade em grupo, promove a motivação do indivíduo à motivação do grupo, da qual resultará um reforço ainda maior para o desempenho individual.

(Nestor Correa Lima, inédito)

11. O autor defende em seu texto uma tese central: nas atividades em grupo,

- (A) o que de fato importa é a sensação individual de que o trabalho esteja sendo bem conduzido.
- (B) a interação entre os indivíduos não depende da disposição de cada um, mas de todo o conjunto.
- (C) a força do trabalho coletivo é basicamente determinada pelo ânimo do empenho individual.
- (D) a falta de disposição do conjunto acaba acarretando o arrefecimento do empenho individual.
- (E) o valor maior de um trabalho coletivo está em absolutizar a importância do prazer individual.

12. Estão empregados com uma significação muito próxima, no contexto em que surgem:

- (A) *verdades indiscutíveis* e *iniciativas* (1^o parágrafo).
- (B) *importância subestimada* e *depreciação* (2^o parágrafo).
- (C) *satisfação individual* e *nefasto individualismo* (2^o parágrafo).
- (D) *chama interior* e *súbito arrefecimento* (3^o parágrafo).
- (E) *súbito arrefecimento* e *falta de técnica* (3^o parágrafo).

13. Está clara e correta a seguinte redação deste livre comentário sobre o texto:

- (A) Contra o lugar-comum da indiscutível vantagem do trabalho em grupo, o autor prefere discutir a específica importância do ânimo individual.
- (B) Sendo a favor do ânimo individual, o trabalho coletivo, segundo o autor, acaba dependendo tanto dele que não há mais como ignorar-lhe.
- (C) Ainda que muitos privilegiem o trabalho em grupo, não ocorre o mesmo com a importância do indivíduo, que tanto concorre para o sucesso coletivo.
- (D) O sucesso do grupo não está intrinsecamente alheio ao sucesso individual, ao contrário, este se traduz, em grande parte, no resultado daquele.
- (E) Não há porquê imaginar que a satisfação individual de um promova qualquer embaraço para o sentido do coletivo, dado que um sem o outro torna-se improdutivo.

14. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **plural** para preencher adequadamente a lacuna da seguinte frase:

- (A) Aos esforços de cada um dos indivíduos (**competir**), muitas vezes, promover as conquistas de um grupo.
- (B) Não (**cumprir**) aos membros de um grupo culpar-se individualmente pelo fracasso de um trabalho.
- (C) Sim, a união faz a força, mas a cada um dos indivíduos do grupo (**cabem**) também contar com suas próprias forças.
- (D) Não se imagine que das renúncias pessoais dos indivíduos (**dependem**) o sucesso de um grupo.
- (E) Os ganhos que se (**obtem**) com o trabalho de um grupo traduzem o comprometimento de cada indivíduo.

15. Está adequada a correlação entre os tempos e os modos verbais na frase:

- (A) Não imaginou que prejudicaria o grupo se atender a uma necessidade que fosse inteiramente sua.
- (B) Caso a partida de vôlei terminasse naquele instante, todo o trabalho desenvolvido ao longo do ano restará prejudicado.
- (C) A menos que se promova alguma mudança na condução deste trabalho, nosso grupo estaria fadado a fracassar.
- (D) Ainda que surgissem dificuldades maiores do que as que o nosso grupo enfrentou, elas haveriam de ser transpostas.
- (E) Nenhum de nós teria enfrentado tantos dissabores pessoais, caso os líderes do grupo houvessem demonstrado maior generosidade.



Legislação

16. Analise as seguintes assertivas atinentes à INFRAERO – Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária:

- I. Tem sede e foro na Capital Federal.
- II. Trata-se de sociedade de economia mista.
- III. Para a realização de sua finalidade compete-lhe, dentre outras atribuições, superintender, apenas de forma técnica e operacional, as unidades da infraestrutura aeroportuária.
- IV. Tem por finalidade, dentre outras, explorar industrial e comercialmente a infraestrutura aeroportuária que lhe for atribuída pela Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) I, III e IV.

17. No que concerne às disposições sobre Direito Internacional Privado, previstas no Código Brasileiro de Aeronáutica, é correto afirmar:

- (A) Os direitos reais e os privilégios de ordem privada sobre aeronaves regem-se pela lei do país onde se encontrar a aeronave.
- (B) Os atos que, originados de aeronave, produzirem efeito no Brasil, regem-se por suas leis, salvo se iniciados no território estrangeiro.
- (C) As medidas assecuratórias de direito regulam-se pela lei do país da nacionalidade da aeronave, pouco importando onde esta se encontrar.
- (D) As avarias regulam-se pela lei brasileira quando a carga se destinar ao Brasil ou for transportada sob o regime de trânsito aduaneiro.
- (E) A assistência, o salvamento e o abalroamento regem-se pela lei da nacionalidade da aeronave.

18. Sobre os aeroportos, é correto afirmar:

- (A) Não compreendem áreas destinadas aos concessionários ou permissionários dos serviços aéreos.
- (B) A União tem a propriedade de todos os imóveis em que se situam os aeroportos.
- (C) Constituem universalidades, equiparadas a bens públicos federais, enquanto mantida a sua destinação específica.
- (D) Municípios não poderão contribuir com bens para a construção de aeroportos.
- (E) Compreendem áreas destinadas ao comércio apropriado para aeroporto, sendo que a utilização de área aeroportuária para tal finalidade não está sujeita à prévia licitação.

19. Nos termos da Lei nº 8.666/1993, o edital de licitação indicará, obrigatoriamente, dentre outras disposições,

- (A) o critério de reajuste, que deverá retratar a variação potencial do custo de produção.
- (B) o objeto da licitação, em descrição detalhada e clara, vedada a descrição sucinta.
- (C) condições distintas de pagamento entre empresas brasileiras e estrangeiras, no caso de licitações internacionais.
- (D) se há projeto executivo disponível na data da publicação do edital de licitação e o local onde possa ser examinado e adquirido.
- (E) limites para pagamento de instalação e mobilização para execução de obras ou serviços que serão previstos em conjunto com as demais parcelas.

20. Nos termos da Lei nº 9.784/1999, é certo que:

- (A) o requerimento inicial do interessado, salvo casos em que for admitida solicitação oral, deve ser formulado por escrito.
- (B) o processo administrativo não poderá iniciar-se de ofício, somente a pedido de interessados; no entanto, a condução do processo poderá ser feita de ofício pela Administração Pública.
- (C) é possível à Administração recusar, ainda que imotivadamente, o recebimento de documentos, porém, o servidor deve sempre orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas.
- (D) em regra, quando os pedidos de uma pluralidade de interessados tiverem conteúdo e fundamentos idênticos, eles não poderão ser formulados em um único requerimento, devendo ser formulados separadamente, em nome de cada interessado.
- (E) não é legitimado como interessado, no processo administrativo, aquele que, sem ter iniciado o processo, tem interesse que possa ser afetado pela decisão a ser adotada.

21. NÃO é causa de impedimento, para atuar em processo administrativo, o servidor ou autoridade que

- (A) tenha participado como perito, testemunha ou representante.
- (B) tiver interesse indireto na matéria.
- (C) estiver litigando administrativamente com o interessado.
- (D) tiver interesse direto na matéria.
- (E) tiver amizade íntima com algum dos interessados.

22. De acordo com a Lei nº 11.182/2005, na estrutura básica da ANAC, a Diretoria atuará em regime de colegiado e será composta por um Diretor-Presidente, além de

- (A) cinco Diretores, que decidirão por maioria absoluta, cabendo ao Diretor-Presidente somente voto ordinário.
- (B) um Vice-Diretor-Presidente e cinco Diretores, que decidirão por maioria absoluta, cabendo ao Diretor-Presidente somente o voto de qualidade.
- (C) seis Diretores, que decidirão por maioria relativa, cabendo ao Diretor-Presidente somente o voto de qualidade.
- (D) um Vice-Diretor-Presidente e quatro Diretores, que decidirão por maioria absoluta, cabendo ao Diretor-Presidente somente o voto de qualidade.
- (E) quatro Diretores, que decidirão por maioria absoluta, cabendo ao Diretor-Presidente, além do voto ordinário, o voto de qualidade.



23. Considere as seguintes assertivas atinentes ao Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal:
- I. O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, é que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo.
 - II. A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, não se integra na vida particular de cada servidor público.
 - III. Toda pessoa tem direito à verdade. O servidor não pode omiti-la ou falseá-la, ainda que contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública.
 - IV. Os repetidos erros do servidor, seu descaso e o acúmulo de desvios tornam-se, às vezes, difíceis de corrigir e caracterizam até mesmo imprudência no desempenho da função pública.

Está correto o que consta em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) I e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

24. A respeito da Taxa de Fiscalização da Aviação Civil – TFAC, considere:

- I. São sujeitos passivos da TFAC, dentre outros, as empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas de prestação de serviços aéreos comerciais.
- II. A TFAC não recolhida no prazo e na forma estabelecida em regulamento será acrescida de multa de mora de 20% (vinte por cento), reduzida a 10% (dez por cento) caso o pagamento seja efetuado até o último dia do mês subsequente ao do seu vencimento.
- III. Os débitos de TFAC não poderão ser parcelados em razão da sua natureza tributária e de arrecadação tarifária.
- IV. São sujeitos passivos da TFAC, dentre outros, os operadores de serviços aéreos privados, as exploradoras de infraestrutura aeroportuária e as agências de carga aérea.

De acordo com a Lei nº 11.182/2005, está correto o que consta APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) I, II e IV.
- (D) I e IV.
- (E) III e IV.

25. Em procedimentos licitatórios realizados na modalidade pregão, a Administração Pública **W** exigiu garantia de proposta e a Administração Pública **Z** impôs, como condição para participação no certame, a aquisição do edital pelos licitantes. Nestes casos, de acordo com a Lei nº 10.520/2002,

- (A) ambas as Administrações praticaram condutas expressamente permitidas pela referida lei.
- (B) ambas as Administrações praticaram condutas vedadas pela referida lei.
- (C) somente a Administração **W** praticou conduta permitida pela referida lei.
- (D) somente a Administração **Z** praticou conduta permitida pela referida lei.
- (E) ambas as condutas são permitidas, mas necessitam de prévia aprovação do chefe do Poder Executivo licitante.

26. A Secretaria de Aviação Civil tem como estrutura básica:

- (A) o Gabinete, a Secretaria-Executiva e até cinco Secretarias.
- (B) o Gabinete e a Secretaria-Administrativa, apenas.
- (C) o Gabinete, a Secretaria-Administrativa e até duas Secretarias.
- (D) a Secretaria-Executiva, a Secretaria-Administrativa e a Secretaria-Gerencial, apenas.
- (E) o Gabinete, a Secretaria-Executiva e até três Secretarias.



27. De acordo com o Decreto nº 1.171/1994, para fins de apuração do comprometimento ético, entende-se por servidor público todo aquele que, por força de lei, contrato ou de qualquer ato jurídico, preste serviços de natureza permanente, temporária ou excepcional,
- (A) ainda que sem retribuição financeira, desde que ligado direta ou indiretamente a qualquer órgão do poder estatal, como as autarquias, as fundações públicas, as entidades paraestatais, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, ou em qualquer setor onde prevaleça o interesse do Estado.
 - (B) com obrigatória retribuição financeira, desde que ligado direta ou indiretamente a qualquer órgão do poder estatal, como as autarquias, as fundações públicas, as entidades paraestatais, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, ou em qualquer setor onde prevaleça o interesse do Estado.
 - (C) ainda que sem retribuição financeira, desde que ligado obrigatoriamente de forma direta a qualquer órgão do poder estatal, como as autarquias, as fundações públicas, as entidades paraestatais, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, com exceção de setores independentes.
 - (D) com obrigatória retribuição financeira, desde que ligado necessariamente de forma direta a autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.
 - (E) com obrigatória retribuição financeira, desde que ligado direta ou indiretamente a autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, apenas.

28. De acordo com o Código Brasileiro de Aeronáutica, com relação à composição da tripulação considere:

- I. A função não remunerada, a bordo de aeronave de serviço aéreo privado, só pode ser exercida por tripulantes habilitados de nacionalidade brasileira.
- II. No serviço aéreo internacional poderão ser empregados comissários estrangeiros, contanto que o número não exceda 1/3 (um terço) dos comissários a bordo da mesma aeronave.
- III. A juízo da autoridade aeronáutica, poderão ser admitidos como tripulantes, em caráter provisório, instrutores estrangeiros, na falta de tripulantes brasileiros, devendo o contrato não exceder o prazo de três meses.
- IV. Na forma da regulamentação pertinente e de acordo com as exigências operacionais, a tripulação constituir-se-á de titulares de licença de voo e certificados de capacidade física e de habilitação técnica, que os credenciem ao exercício das respectivas funções.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) II e IV.
- (E) I e IV.

29. No contrato de transporte aéreo de carga, segundo o Código Brasileiro de Aeronáutica, em regra, ao chegar a carga ao lugar do destino, se o destinatário não for encontrado ou não retirar a carga no prazo constante do aviso, o transportador deverá
- (A) avisar ao expedidor para retirá-la no prazo de quinze dias, a partir do aviso, sob pena de ser considerada abandonada.
 - (B) devolver a carga imediatamente, sob pena de responsabilidade civil.
 - (C) devolver a carga imediatamente, sob pena de responsabilidade administrativa.
 - (D) avisar ao expedidor para retirá-la no prazo de trinta dias, a partir do aviso, sob pena de ser considerada abandonada.
 - (E) proceder novo aviso ao destinatário ou nova tentativa de localização, devendo devolver a carga após três tentativas comprovadamente frustradas.

30. Para a prestação de serviços aéreos não regulares de transporte de passageiro, carga ou mala postal, é necessária

- (A) permissão de funcionamento do Poder Executivo, a qual será transferível, podendo estender-se por período de 5 (cinco) anos improrrogáveis.
- (B) autorização de funcionamento do Poder Executivo, a qual será intransferível, podendo estender-se por período de 5 (cinco) anos, renovável por igual prazo.
- (C) autorização de funcionamento do Poder Executivo, a qual será intransferível, podendo estender-se por período de 3 (três) anos, renovável por igual prazo.
- (D) permissão de funcionamento do Poder Executivo, a qual será intransferível, podendo estender-se por período de 3 (três) anos improrrogáveis.
- (E) concessão do Poder Executivo, a qual será intransferível, podendo estender-se por período de 3 (três) anos, renovável por igual prazo.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. No *Internet Explorer* 8, opções tais como: tamanho do texto, código-fonte, codificação e estilo são integrantes do menu
- (A) Ferramentas.
 - (B) Exibir.
 - (C) Arquivo.
 - (D) Editar.
 - (E) Opções da Internet.
-
32. O *Advance Fee Fraud* ou a fraude da antecipação de pagamentos, como é o caso do golpe da Nigéria, é um tipo de golpe, entre outros, usado na Internet para comumente obter vantagens financeiras dos incautos, denominado
- (A) *bot*.
 - (B) *screenlogger*.
 - (C) vírus de macro.
 - (D) *scam*.
 - (E) *spyware*.
-
33. Apresenta como característica a não alteração do conteúdo do computador no qual é executado, tanto da memória física quanto dos registros, porque é processado diretamente de um dispositivo que o contém, como um *pen drive*, por exemplo. Assim, após finalizado, o aplicativo não deixa *rastros* no computador que, entretanto, deve atender aos requisitos do programa, como memória RAM e velocidade do processador. Trata-se de
- (A) *software* caseiro.
 - (B) micro aplicativo.
 - (C) *software* portátil.
 - (D) porta executável.
 - (E) programa padrão.
-
34. Um computador é constituído de um conjunto de periféricos. Para controlar cada um deles, o sistema operacional precisa de uma interface de *software* entre ele e o *hardware* que é o
- (A) *link*.
 - (B) *eprom*.
 - (C) *drive*.
 - (D) *setup*.
 - (E) *driver*.
-
35. Na célula A1 de uma planilha *MS-Excel* 2007 foi digitado "43 + base" e, na célula A2, foi digitado "44 + base". Pela alça de preenchimento, A1 em conjunto com A2 foram arrastadas até A4 e, depois, as células de A1 até A4 foram arrastadas para a coluna B. Desta forma, após a operação completa de arrasto, a célula B3 apresentou o resultado:
- (A) 45 + base.
 - (B) 46 + base.
 - (C) 47 + base.
 - (D) 48 + base.
 - (E) 49 + base.



36. São expressões das profundas transformações societárias na década de 1990, no Brasil, determinadas pelas mudanças na esfera do trabalho e da economia:
- (A) desmonte do terceiro setor e reorganização da filantropia no âmbito do Estado neoliberal.
 - (B) cortes no orçamento dos municípios de pequeno porte, fragilizando ainda mais a situação calamitosa dessas unidades federativas.
 - (C) processos de redefinição dos sistemas de proteção social e da política social, com grandes mudanças e rebatimentos nas relações público-privadas.
 - (D) procedimentos gerenciais transpostos do fordismo e do taylorismo na condução das políticas públicas.
 - (E) métodos avançados de gestão do trabalho, inaugurando expressiva fase de crescimento do emprego formal.
-
37. A reestruturação produtiva em curso atinge o mercado de trabalho do Assistente Social, incidindo contraditoriamente tanto na mudança e/ou redefinição de postos de trabalho em algumas áreas (por exemplo, nas empresas), como
- (A) na articulação entre processo produtivo e pleno emprego para o Assistente Social.
 - (B) na ampliação e diversificação das áreas de atuação profissional nas políticas de seguridade social, especialmente a política de Assistência Social.
 - (C) na composição e recomposição do trabalho intelectual e imaterial, das velhas formas de sociabilidade humano-genéricas ancoradas na modernidade.
 - (D) na corrosão do exercício profissional com o empirismo e o utilitarismo, que tão fortemente grassaram no pretérito profissional.
 - (E) no resgate da identidade profissional althusseriana e em suas manifestações cultural e ideológica.
-
38. Raichelis (2011) afirma que a implementação das políticas sociais compõe um jogo complexo de conflitos e tensões, envolvendo
- (A) instituições estatais autárquicas que financiam as políticas sociais com base na Lei de Diretrizes e Bases Orçamentárias.
 - (B) disputas orçamentárias resultantes de decisões do poder judiciário no âmbito dos governos estaduais e municipais.
 - (C) acesso ao fundo público e sua repartição entre as políticas de Saúde e de Previdência Social conforme decisão do Conselho Nacional de Seguridade Social.
 - (D) organizações filantrópicas com base nos pressupostos do programa Comunidade Solidária.
 - (E) diferentes protagonistas, interesses, projetos e estratégias, contexto em que são requisitadas a presença e a intervenção de diferentes categorias profissionais.
-
39. Historicamente, as respostas do Estado à questão social se realizam por meio da
- (A) fragmentação e setorização das necessidades sociais.
 - (B) organização das demandas sociais e plena atenção a elas.
 - (C) efetivação da cidadania keynesiana.
 - (D) atomização da sociedade civil.
 - (E) luta para o acesso aos direitos socioassistenciais.
-
40. O Código de Ética Profissional do Assistente Social considera como princípios fundamentais:
- I. A liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expressão dos indivíduos sociais.
 - II. O posicionamento em defesa de Políticas Sociais Setoriais e do Estado de Bem-Estar Social.
 - III. A recusa das diversas correntes teóricas profissionais na orientação do exercício profissional.
 - IV. A defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) II e III.
 - (C) II e IV.
 - (D) III e IV.
 - (E) I e IV.



41. Para lamamoto (2010) as condições que peculiarizam o exercício profissional são uma concretização da dinâmica das relações sociais vigentes entre as classes sociais. Nesse sentido, a atuação profissional do Assistente Social
- (A) deve buscar reconstruir as relações entre diferentes sujeitos sociais particulares, na perspectiva de criar uma aliança de segmentos sociais com interesses opostos.
 - (B) deve pautar-se pela neutralidade, numa posição intermediária, acima dos interesses das classes em relação.
 - (C) é necessariamente polarizada pelos interesses de tais classes, tendendo a ser cooptada por aqueles que têm posição dominante.
 - (D) é parte de uma estratégia de qualificação do laicato da Igreja Católica, especialmente de sua parcela feminina, para dinamizar o apostolado social junto à família operária.
 - (E) recebe um mandato diretamente das classes dominantes para atuar junto à classe trabalhadora para sua inserção social e emancipação política.
-
42. Segundo pesquisas, como a promovida pelo CFESS/CRESS, em 2005, os Assistentes Sociais são predominantemente trabalhadores assalariados, constituindo, na maioria (78,16%) funcionários públicos, nas esferas municipal (40,9%), estadual (24%) e federal (13,1%). Esses dados apontam para o fato de
- (A) o Assistente Social não possuir um estatuto jurídico que lhe permita atuar na iniciativa privada.
 - (B) a falta de materialidade do trabalho do Assistente Social não convencer os departamentos de RH da importância e do papel desse profissional nas equipes multiprofissionais.
 - (C) a ausência de tradição liberal, entre outras hipóteses, na profissão, representar um fator limitante para que os Assistentes Sociais assumam novas frentes de trabalho.
 - (D) a morfologia do trabalho do Assistente Social conduzir o profissional, obrigatoriamente, a vender sua força de trabalho para organismos governamentais.
 - (E) o setor privado apresentar um crescimento gradativo da ampliação de vagas para os Assistentes Sociais.
-
43. Um projeto de trabalho em Serviço Social, além de atender a legislação pertinente, deve também ser desenvolvido de acordo com uma metodologia. Considere o quadro abaixo:

1	Objetivos	Indicam o que pode ser esperado com a intervenção profissional.
2	Avaliação	É fundamental explicitar a forma de avaliação do projeto proposto, lembrar-se da importância do espaço para a participação da população usuária.
3	Metas	Aonde se busca chegar. É importante qualificar, deixar claro quais metas deverão ser atingidas.
4	Indicadores	Identificação dos indicadores que serão utilizados para a intervenção e avaliação do processo.
5	Objeto	Manifestações das questões sociais que deverão ser enfrentadas no projeto.

Para o desenvolvimento de um Projeto de trabalho em Serviço Social está correta a sequência:

- (A) 5, 2, 3, 1 e 4
- (B) 5, 1, 3, 4 e 2
- (C) 1, 5, 3, 4 e 2
- (D) 1, 3, 5, 4 e 2
- (E) 3, 5, 1, 4 e 2



44. Conforme a Lei nº 8.662, de 7/7/1993, que regulamenta o exercício profissional do Assistente Social, os estudos socioeconômicos com usuários são competências do Assistente Social e têm por finalidade
- (A) apreciar situações de pobreza para fundamentar decisões sociojurídicas em relação à garantia de alimentos para os menores de 18 anos.
 - (B) analisar as determinações da pobreza para o bom funcionamento dos Centros de Referência de Assistência Social.
 - (C) conhecer com profundidade e de forma crítica uma determinada situação ou expressão da questão social.
 - (D) garantir a guarda compartilhada dos filhos em situação de separação amigável, desde que nenhuma das partes tenha sofrido processo judicial.
 - (E) conhecer o fato social em sua particularidade fenomênica como parte do processo de transformação da realidade.

45. Um projeto de trabalho do Assistente Social exige

- I. o reconhecimento, por parte do profissional, daquilo que lhe compete.
- II. a reprodução como seu do projeto institucional.
- III. a viabilização da participação efetiva dos usuários nas decisões institucionais.
- IV. o desenvolvimento de trabalho com outros profissionais, sempre que possível.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) I, III e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) I e II.
- (E) I, II e III.

46. Os Programas de Assistência Social (Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993) compreendem

- (A) ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais.
- (B) investimentos econômicos na sociedade civil, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para sua emancipação.
- (C) incentivos a projetos de enfrentamento da pobreza e de infraestrutura urbana assentados em mecanismos de articulação e de participação de diferentes áreas governamentais.
- (D) conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos e dos demais recursos materiais e humanos da União, dos Estados e do Distrito Federal na prestação de serviços de assistência à população.
- (E) organização dos serviços públicos de modo a evitar duplicidade de meios para fins idênticos e a capacidade de resolução dos serviços em todos os níveis de assistência.

47. São benefícios eventuais previstos na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social):

- (A) salário família para os filhos de trabalhadores formais com renda mensal *per capita* de até dois salários mínimos e assistência em creche para todas as crianças de até seis anos de idade.
- (B) auxílio reclusão por tempo indeterminado, desde que o apenado tenha recebido sentença de culpado e possua dependentes e benefício de Prestação Continuada para maiores de 65 anos, com renda familiar inferior a um terço de salário mínimo.
- (C) renda extra de cidadania para aquisição de medicamentos para hipertensos às famílias com renda mensal *per capita* inferior a um terço do salário mínimo e pecúnia ou bens de consumo.
- (D) auxílio à aquisição de itens referentes a órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentaduras, dentre outros, cadeiras de rodas, muletas, óculos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leites e dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoas que têm necessidades de uso.
- (E) auxílio por natalidade ou morte às famílias cuja renda mensal *per capita* seja inferior a um quarto do salário mínimo, podendo ser estabelecidos outros benefícios eventuais para a criança, a família, o idoso, a pessoa portadora de deficiência, a gestante, a nutriz e nos casos de calamidade pública.



48. As ações socioeducativas com indivíduos, grupos e famílias podem ser caracterizadas como
- (A) processos político-organizativos (conjunto de ações profissionais), processos de planejamento e gestão (conjunto de ações de planejamento) e processos de financiamento e contratação de terceiros, sem os quais o Assistente Social não efetiva as ações com a coletividade.
 - (B) meios de efetivar os processos de emancipação política, nos termos de Gramsci, e, na sequência, a emancipação humana, de acordo com Marx. As ações socioeducativas são vias únicas para os Assistentes Sociais construírem seu projeto hegemônico.
 - (C) programas vinculados às diferentes políticas sociais (seguridade social, habitação, criança e adolescente, emprego e renda, entre outras), de natureza pública ou privada, exceto no campo sociojurídico.
 - (D) ações planejadas, equacionadas ao objetivo do Serviço Social e conectadas ao conjunto de outras ações desenvolvidas no âmbito dos processos socioassistenciais e dos processos político-organizativos.
 - (E) processos educativos com a utilização de inúmeros recursos, podendo ser terapêuticos ou ocupacionais.
-
49. No que se refere ao trabalho com indivíduos, grupos e famílias, é correto afirmar:
- (A) A orientação e o acompanhamento são ações de natureza socioeducativa que interferem diretamente na vida dos indivíduos, dos grupos e das famílias.
 - (B) A escuta qualificada só pode ser utilizada por profissional de Serviço Social, como requisito fundamental do trabalho para elaboração de Perícia, Parecer e Estudo Social.
 - (C) As ações de cunho socioeducativo, inscritas no campo político-ideológico, não podem constituir mecanismos de ação do Assistente Social por não garantir o pluralismo teórico.
 - (D) A entrevista é utilizada como forma exclusiva de conhecer a realidade do usuário, que deve ser encaminhado para o Ministério Público, após identificadas suas demandas.
 - (E) O Assistente Social só realizará ações socioeducativas com acompanhamento interdisciplinar, considerando a natureza educativa da ação.
-
50. De acordo com a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), constitui medida de assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar, determinada por juízo, para preservar sua integridade física e psicológica, respectivamente:
- (A) I. garantir proteção policial, quando necessário, comunicando a ocorrência de imediato ao Ministério Público;
II. fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida.
 - (B) I. acompanhar a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar;
II. determinar que se proceda ao exame de corpo de delito da ofendida e requisitar outros exames periciais necessários.
 - (C) I. identificar o agressor e juntada aos autos de sua folha de antecedentes criminais, indicando a existência de mandado de prisão ou registro de outras ocorrências policiais contra ele.
II. qualificar a ofendida e o agressor.
 - (D) I. remeter, no prazo legal, os autos do inquérito policial ao Ministério Público;
II. informar à ofendida os direitos a ela conferidos nesta Lei e os serviços disponíveis.
 - (E) I. garantir o acesso prioritário à remoção quando servidora pública, integrante da administração direta ou indireta;
II. manter o vínculo trabalhista e, quando necessário, o afastamento do local de trabalho por até seis meses.
-
51. Segundo o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, num Projeto de Jovem Aprendiz devem ser levados em conta os seguintes aspectos:
- I. Ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.
 - II. Ao adolescente portador de deficiência é assegurado trabalho nas mesmas condições que aos demais adolescentes.
 - III. É vedado o trabalho noturno realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte ao adolescente aprendiz.
 - IV. Havendo necessidade, o adolescente aprendiz deve trocar o horário e local de estudo, permitindo-se a ele a frequência à escola em primazia ao trabalho.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) I e III.
 - (C) I e IV.
 - (D) II e III.
 - (E) III e IV.



52. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990) estabelece no Art. 69 que o adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados, dentre outros, aspectos relacionados a
- (A) isonomia salarial e respeito às condições psicossociais.
 - (B) plena responsabilidade por seus atos no ambiente de trabalho e pecúlio natalino.
 - (C) prevenção a situações de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente no ambiente de trabalho e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço em igualdade com os demais trabalhadores.
 - (D) respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.
 - (E) atenção à integridade física, moral e intelectual de pessoa em desenvolvimento e ao direito a informação, cultura e educação.
-
53. Segundo o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003),
- (A) o idoso tem direito ao exercício de atividade profissional, respeitadas suas condições físicas, intelectuais e psíquicas, desde que comprovada sua aptidão laboral por perícia médica.
 - (B) cabe ao Poder Público criar programas de estímulo às empresas privadas para admissão de idosos ao trabalho.
 - (C) é vedado ao idoso o acúmulo de aposentadoria e de salário, exceto nos casos em que a aposentadoria não ultrapassar dois salários mínimos e o salário percebido não ultrapassar o mesmo teto.
 - (D) fica assegurada aos maiores de sessenta e cinco anos a gratuidade do transporte aéreo, com a reserva de duas vagas gratuitas por aeronave para idosos com renda igual ou inferior a dois salários mínimos.
 - (E) o idoso com menos de sessenta e cinco anos tem direito de participar de cursos de capacitação e reciclagem profissional para desenvolver atividades profissionais.
-
54. No que tange à acessibilidade de pessoa portadora de deficiência, é de responsabilidade dos órgãos e da administração pública
- (A) adotar providências para garantir a acessibilidade e a utilização dos bens e serviços, no âmbito de suas competências, à pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas e obstáculos, bem como evitar a construção de novas barreiras.
 - (B) formar e qualificar professores de nível médio e superior para a educação especial, técnicos especializados para a habilitação e reabilitação, e instrutores e professores para a formação profissional, visando à qualificação cidadã de uma nova cultura.
 - (C) elaborar políticas públicas, quando couber e notadamente no que diz respeito às políticas de desenvolvimento econômico e financeiro, considerando a condição das pessoas portadoras de deficiência, devendo ser explicitadas nas leis as especificidades e os mecanismos inclusivos.
 - (D) reelaborar os planos diretores para as cidades com mais de dez mil habitantes, adaptando o transporte público, as calçadas, as faixas de pedestre e os semáforos com mecanismos de acionamento pela pessoa portadora de deficiência física, a fim de garantir sua travessia segura pela via pública.
 - (E) concorrer técnica e financeiramente para a consecução dos objetivos de acessibilidade nos estádios de futebol, casas de espetáculo e cinemas.
-
55. O uso de substâncias psicoativas tem crescido entre a população e atingido o desempenho dos trabalhadores nas empresas; com isso, profissionais da área da saúde, como o Assistente Social, têm sido convocados a desenvolver programas e projetos de prevenção ao uso dessas substâncias. Como medida de precaução, a Política do Ministério da Saúde para a Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas considera características de risco para o indivíduo:
- (A) isolamento social entre os membros da família; padrão familiar disfuncional, bem como a falta do elemento paterno.
 - (B) baixa autoestima; falta de autocontrole e assertividade; comportamento antissocial precoce; doenças preexistentes (ex.: transtorno de déficit de atenção e hiperatividade).
 - (C) núcleo familiar desestruturado com vínculos rompidos e extrema pobreza.
 - (D) falta de habilidade intelectual; disponibilidade de álcool e drogas na escola e redondeza e no ambiente intrafamiliar.
 - (E) descaso da escola e suas posições ambíguas em relação ao uso de álcool e drogas.
-
56. Os Arts. 5º e 6º da Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990) definem os objetivos e atribuições do Sistema Único de Saúde (SUS) e incluem no campo de atuação do sistema a execução de ações de
- (A) vigilância sanitária e epidemiológica; de saúde do trabalhador e de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica.
 - (B) vigilância gerontológica; de atenção sorológica; de atenção psicossocial e de atenção neonatal e pós-natal.
 - (C) atenção universal à saúde de brasileiros e estrangeiros residentes no país; fornecimento de todos os medicamentos em internações de alta complexidade e auxílio funeral.
 - (D) atenção endêmica e epidêmica; de promoção à saúde da mulher, da criança e do adolescente e de auxílio de leite especial para crianças com intolerância a lactose.
 - (E) vigilância sorológica; de promoção à saúde do trabalhador rural e de atenção à saúde de usuários de substâncias psicoativas.



57. A Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, prevê a atuação de equipes multidisciplinares no
- (A) mapeamento das condições sociais e ambientais que favoreçam o surgimento de endemias e epidemias, como faz a Fundação Nacional de Saúde.
 - (B) atendimento a usuário de serviços privados de assistência à saúde que cumpre prisão domiciliar.
 - (C) planejamento da política nacional de saúde, com a participação tripartite de membros da sociedade civil, dos níveis de governo e dos prestadores privados de serviços de saúde, como é o caso dos Conselhos de Direito.
 - (D) atendimento e internação domiciliar nos níveis da medicina preventiva, terapêutica e reabilitadora, como, por exemplo, o programa Saúde da Família.
 - (E) acolhimento de vítimas de catástrofes naturais e/ou ambientais, como a ocorrida na Região Serrana do Rio de Janeiro, em janeiro de 2011.

58. No que se refere ao Auxílio Acidente, é correto afirmar:

- (A) Os trabalhadores urbanos inscritos na Previdência Social a partir de 25 de julho de 1991 para solicitar o benefício precisam comprovar 180 contribuições mensais, e os rurais têm de provar, com documentos, 180 meses de atividade rural.
- (B) A empresa poderá requerer o benefício de auxílio para seu empregado ou contribuinte individual que lhe preste serviço e, nesse caso, terá acesso às decisões referentes ao benefício.
- (C) O trabalhador acometido de tuberculose ativa, hanseníase, cegueira, síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS), entre outras, terá direito ao benefício sem a necessidade de cumprir o prazo mínimo de contribuição e desde que tenha qualidade de segurado quando do início da incapacidade.
- (D) O trabalhador que recebe o auxílio é obrigado a realizar exame médico periódico e, se constatado que não poderá retornar sua atividade habitual, deverá participar do programa de reabilitação profissional para o exercício de outra atividade, prescrito e custeado pela Previdência Social, sob pena de ter o benefício suspenso.
- (E) O trabalhador, para concessão do auxílio, embora não tenha de comprovar tempo mínimo de contribuição, deve ter qualidade de segurado e comprovar a impossibilidade de continuar desempenhando suas atividades, por meio de exame da perícia médica da Previdência Social.

59. Em relação às Normas Regulamentadoras da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, considere:

- I. Têm como objetivo a prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador.
- II. Estabelecem diretrizes de ordem administrativa e avaliativa que objetivam a implementação de medidas de controle e sistemas de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na Indústria.
- III. Considera-se Equipamento de Proteção Individual todo dispositivo ou produto de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado a protegê-lo de ameaças à sua segurança e à saúde.
- IV. Os representantes dos empregados, titulares e suplentes, serão eleitos em escrutínio secreto, do qual participem, independentemente de filiação sindical, exclusivamente os empregados interessados.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

60. A questão social no cenário recente expressa

- (A) a politização das necessidades e das lutas sociais.
- (B) a busca de harmonia entre capital e trabalho.
- (C) o consenso de classe efetivado pelas políticas sociais.
- (D) a ampliação exponencial das desigualdades de classe.
- (E) a integralidade das políticas sociais na perspectiva da igualdade.

**REDAÇÃO**

Instruções: A folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova de Redação pela banca examinadora.

Na Prova de Redação deverão ser observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação.

A especialização é uma tendência que parece cada vez mais irresistível, principalmente por conta da insuperável profundidade que pode ser atingida pelo especialista em seu campo específico de conhecimento. Contudo, a esse aprofundamento em determinada área costuma corresponder, nos casos mais extremos, a ignorância de outros especialistas em outras áreas, ainda que muitas vezes bastante próximas dela. O risco é tornar-se cada vez mais difícil um olhar mais abrangente e uma compreensão mais ampla dos problemas que surgem.

A partir das reflexões acima, escreva um texto dissertativo-argumentativo, posicionando-se em relação ao seguinte tema:

A abertura do foco para além do campo de visão do especialista

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	